COMO SE NÃO TIVESSE ACABADO: A HERANÇA ESCRAVISTA E A INSERÇÃO DO NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO ASSALARIADO EM SÃO PAULO E CAMPINAS (1923-1931)

AS IF HE HAD NOT FINISHED: THE SLAVE HERITAGE AND THE INTEGRATION OF THE NEGRO IN THE LABOUR MARKET IN EMPLOYED SÃO PAULO AND CAMPINAS (1923-1931)

Leandro Antonio Guirro
Doutorando em História pela UNESP/Assis
Av. Dom Antonio, 2100 Bairro: Parque Universitário 19806-900 - Assis, SP
E-mail: leandro_guirro@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como base referenciais escritos nos jornais*Getulino* e *Progresso*, dois exemplares da chamada imprensa negra, que circularam respectivamente nas cidades de Campinas e São Paulo entre 1923 e 1931. O foco principal das discussões tratadas concentra-se nas possíveis influências causadas pela escravidão na inserção do negro no mercado de trabalho assalariado e a concorrência ocasionada pela mão de obra europeia proveniente das políticas de imigração fomentadas no período.
Palavras-chaves: Imprensa Negra, Mercado de Trabalho, Imigração.

ABSTRACT

This article is written based on references in newspapers and Progress Getulino two copies of the so-called black press, circulated respectively in the cities of Campinas and São Paulo between 1923 and 1931. The main focus of the discussions dealt focuses on the possible influences caused by insertion of black slavery in the wage labor market and caused by labor from European immigration policies promoted during competition.
Keywords: Black Press, The Labor Market, Immigration

Introdução

Certamente o início do século XX brasileiro ficou marcado como uma era de transformações e novidades. Novos rumos políticos, fim da escravidão, chegada de estrangeiros e crescimento urbano são acontecimentos que se prolongaram desde os anos finais do século anterior e se estabeleceram como registro do que se consideravam novos tempos. Nenhum outro fator, contudo, serve de maior ilustração para a imagem construída sobre o período do que a industrialização, símbolo essencial de modernização e desenvolvimento. Não que se tratasse de um caso inédito para a época. Algumas atividades exercidas no período colonial são encaradas como o princípio da organização industrial brasileira. Engenhos de açúcar, pequenas manufaturas têxteis e construções navais são considerados por alguns pesquisadores como o início de um processo que se desenrola até os dias atuais.

Com o passar do tempo, o cultivo do café realizado especialmente na região sudeste do país e responsável pelo enriquecimento de muitos fazendeiros, cooperou com o nascimento de indústrias. Parte da estrutura organizada para a produção cafeeira proporcionou condições que subsidiaram a existência de fábricas. A construção de ferrovias e portos para a escoação da lavoura para o mercado externo são os exemplos mais clássicos. Aliado a isso, pode se destacar que os núcleos urbanos originados próximos às áreas de plantio geraram uma ampliação da demanda de consumo fundamental para abastecer às necessidades dos moradores. Inicialmente, grande parcela do que era preciso provinha de exportações, especialmente no que refere aos gêneros alimentícios. Contudo, cada vez mais a produção nacional foi capaz de abranger a expansão do mercado interno[1].

Parte do mérito do desenvolvimento urbano também deve ser creditada à expansão cafeeira. Muitas melhorias nas cidades são frutos da opulência gerada e da relativa organização estrutural criada para cultura e beneficiamento dos grãos O lucro proporcionado pelo café movimentou várias agências citadinas, como bancos e comércio. Assim, o representativo crescimento industrial atingido a partir do século XX é parte de um percurso

[1]ARIAS NETO, José M.. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente:** da proclamação da República à Revolução de 1930. 2. ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. –(O Brasil Republicano; v.1), p. 220.

mais longo no qual se estabeleceu uma relação de estímulo recíproco entre o aumento dos espaços urbanos, a produção do "ouro verde" brasileiro e o aparato de indústrias estabelecidas nos tempos imperiais[2].

São Paulo é exaltado como exemplo maior desse desenvolvimento. Em termos numéricos, o estado realmente atingiu grande significância ao alcançar o primeiro lugar, em 1920, gerando 32% da produção industrial brasileira. O Rio de Janeiro (antigo distrito Federal) foi ultrapassado, ficando na segunda posição com o índice de 21%[3]. A produção do café teve grande participação no alcance desse patamar. Na década de 20, o grande comércio de exportação do café era importante, mas tinha como aliado negócios iniciados por volta de 1880 e 1890 e movimentados por capitalistas industriais (maioria de origem estrangeira) interessados diretamente na expansão do mercado interno. A Primeira Guerra Mundial (1914-1917) e o período logo em seguida[4] foram um momento de consolidação, diversificação e expansão dessas atividades[5].

Os setores de comércio de mercadorias, prestação de serviços e indústria de transformação foram os que mais movimentaram a economia da capital paulista nas duas primeiras décadas do século XX. Mas outros segmentos como a mecânica, a química e a produção de papel logo ganharam espaço e aumentaram a diversidade e a complexidade do polo industrial paulistano. As construções de relações entre os diferentes ramos de manufaturas se consolidaram e proporcionaram a formação de um parque industrial diversificado e integrado que permitiu a evasão de muitos produtos para o interior do estado e para outras regiões do país[6].

Em um espaço de tempo relativamente curto, São Paulo ganhou ares de cidade industrial. Em poucas palavras, a cidade cresceu. O perímetro urbano aumentou desmedidamente. As redes de energia elétrica se proliferaram para espaços mais longínquos. Os automóveis nas ruas multiplicaram-se cada vez mais. E sua população não ficaria para

---

[2]Esse último detalhe por vezes é pouco enfatizado em ideias que consideram República e industrialização como sinônimos indissociáveis.

[3]RIBEIRO, Maria Alice Rosa. "O mercado de trabalho na cidade de São Paulo nos anos vinte". In: SILVA, S.; SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.). **História Econômica da Primeira República**. 2. ed. São Paulo: Hucitec\ Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica\ Editora da Universidade de São Paulo\ Imprensa Oficial, 2002, p. 352.

[4] A Primeira Guerra Mundial (1914-1917) acelerou a necessidade brasileira de ampliar a capacidade de atender ao mercado interno. O comércio externo com a Europa, seja para importações ou exportações, foi prejudicado em razão dos combates e da posterior reestruturação econômica enfrentada pelos envolvidos no conflito.

[5] Id., Ibid., p. 345.

[6] Id., Ibid., p. 346.

trás. De acordo com Ribeiro, na década de 1920, São Paulo ultrapassou o número de moradores do Rio de Janeiro e teve uma população cinco vezes maior do que a de Campinas, segunda maior cidade do estado[7].

Muitas dessas pessoas eram imigrantes, majoritariamente europeus, provenientes das políticas de imigração realizadas pelo governo para o trabalho nas lavouras. A forma como tal projeto foi idealizado teve como uma de suas consequências diretas o acúmulo dos estrangeiros nas cidades. Uma quantidade maior de trabalhadores do que o necessário foi trazida para o Brasil para baratear a mão de obra e colocar em prática o branqueamento social[8].

Diante disso, o presente artigo busca analisar as condições de trabalho enfrentadas pela população negra paulista por meio de relatos e comentários disseminados por jornais que se intitulavam representantes dessas pessoas. As investigações concentram-se em ampliar as discussões a respeito da inserção de egressos da escravidão e seus descendentes no mercado de trabalho assalariado e a concorrência proporcionada pela entrada maciça de imigrantes no estado.Para tanto, aborda primeiramente a desqualificação sofrida por grande parte da população nacional e a veiculação de medidas governamentais que facilitaram a entrada de europeus no Brasil. Em seguida, traz à tona a reação de intelectuais negros que usaram a imprensa como veículo de denúncia e contestação aos privilégios oferecidos aos estrangeiros em detrimento dos brasileiros menos abastados.

Faz-se necessário esclarecer que os discursos contidos nos textos encontrados não são abordados como mera junção de dizeres que dão forma a uma publicação. Pelo contrário, são tratados como possuidores de ideologias e objetivos por parte de quem os escreveram. A abordagem diante dos jornais é a defendida por Capelato e Prado segundo a qual a imprensa não deve ser considerada um transmissor de informações neutro e imparcial. No entendimento das autoras, a escolha de jornais para a realização de trabalhos na área de História deve considerar "a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social" [9].

---

[7] Id., Ibid., p. 356

[8] A tese prognosticava a "redução étnica" de grupos considerados inferiores, negros e índios, a partir do contato com a "superioridade" branca, que triunfaria naturalmente sobre as demais etnias. O resultado do procedimento seria a obtenção de "um povo paulatinamente mais claro e o sumiço dos negros, índios e mestiços". Ver: SEYFERTH, 2007, p. 96-97.

[9] CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino:** imprensa e ideologia no jornal "O Estado de São Paulo". São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980, p.55.

Esta ótica faz dos jornais fonte de pesquisa histórica. Contudo as possibilidades não se encerram precipitadamente. A perspectiva da utilização da imprensa como objeto de estudo mostra-se igualmente enriquecedora e complementar a mencionada acima, fazendo parte das intenções metodológicas que norteiam a realização desse trabalho. Os escritos de uma folha podem não ser compreendidos em sua totalidade caso não sejam averiguadas questões que giram ao seu entorno, como materialidade utilizada e difusão alcançada pelo periódico em que estão contidos ou posição social ocupada por seus produtores. Baseando-se nas orientações de Luca, busca-se desenvolver "um tipo de utilização da imprensa periódica que não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delineia uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica inseridos na crítica competente" [10].

Pós-abolição, imigração e trabalho assalariado

Logo no início da segunda metade do século XIX, quando analistas já diagnosticavam o provável encerramento do trabalho escravo, que veio a ocorrer em 1888, a polêmica envolvendo quais braços deveriam arcar com a empreita garantida durante longo tempo pelos cativos ganhou publicidade e se tornou questão de Estado.

O governo brasileiro lançou campanhas no exterior para atrair trabalhadores imigrantes para o Brasil e incentivou a entrada de estrangeiros no país subsidiando o custo das viagens e oferecendo estadia em uma pensão criada exatamente para recebê-los[11]. Aos poucos, o Brasil se revelou para o resto do mundo e passou a ser cogitado como destino viável para pessoas dispostas a "fazer a vida" fora de sua terra natal. A campanha alcançou seu objetivo trazendo a imigração do indivíduo desejado. O decreto promulgado em 28 de junho de 1890 deixa claras as exigências dos órgãos administrativos com relação aos trabalhadores:

---

[10]LUCA, Tânia Regina de. "História dos, nos e por meio dos periódicos". In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p.37.

[11]HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**: Café e sociedade em São Paulo, 1886 1934. Tradução de Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.86.

> É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal de seu país. A essa provisão liberal, acrescenta-se a cláusula: excetuando os indígenas da Ásia ou da África[12].

O documento oficial do governo tornou explícito que o imigrante desejado para o país era europeu e não africanos e asiáticos, considerados inferiores e impróprios.Tratando de São Paulo, Andrews assegura que "os fazendeiros da província e o aparato que eles controlavam"deixaram claro que o trabalhador desejado era exclusivamente o homem branco ao destinar recursos para a entrada de imigrantes europeus, recusar-se a aceitar a vinda de asiáticos e africanos e não investir nos trabalhadores nacionais, dos quais grande parte era negra ou mestiça[13].

Tais iniciativas fizeram com que a região se tornasse o principal destino dos que aportaram[14] em terras brasileiras e mudaram significativamente a estrutura populacional paulista. As grandes cidades do país rapidamente se transformaram em "europeias" e São Paulo foi uma das em que isso se tornou mais nítido. Não apenas em relação aos moradores, mas também no tocante à infraestrutura. Reformas pautadas no estilo arquitetônico europeu mudaram a face da cidade e a população pobre nacional cada vez mais foi empurrada para os arrebaldes em nome da modernização do espaço urbano. O desejo manifesto de incrementar a imagem nacional guiou a reconstrução da capital paulista inferiorizando e tentando excluir os que não atendessem aos padrões socioculturais desejados e remetessem ao passado pouco distante que se procurava esquecer[15].

Acentuou-se uma visão depreciativa que ostentava práticas repressivas em relação aos nacionais pobres em função da desqualificação do modo de vida a que eram submetidos. Qualidade de vida e níveis socioeconômicos foram itens considerados determinantes para influenciar o comportamento dos sujeitos e taxá-los como apropriados ou não[16]. Neste sentido, a reformulação da cidade seguiu a intenção de particularizar os espaços e

---

[12]SKIDMORE, Tomas E. **Preto no Branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 2. ed. Tradução de Raul De Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, op. cit., p.155.

[13]ANDREWS, George Reid**. Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Tradução de Magda Lopes. Bauru: EDUSC, 1998, p.100.

[14]O Estado de São Paulo recebeu 56 % do total de 4.100.000 imigrantes europeus que chegaram ao Brasil entre 1886 e 1934 (HOLLOWAY, 1984, p.68).

[15]SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano.** São Paulo e pobreza: 1890-1915. 2.ed. São Paulo: Annablume (FAPESP), 2003, p.42.

[16] Id., Ibid., p.46.

concomitantemente definir linhas divisórias entre os que eram considerados trabalhadores e os que não eram vistos dessa forma.

Além de uma pretensa superioridade técnica, o trabalhador estrangeiro foi preferido pelos grupos dominantes por estes presumirem que o imigrante incorporaria facilmente a nova ordenação trabalhista e seriam portadores de valores e condutas que atenderiam aos padrões sociais e culturais ansiados para o momento. A estratégia se decompunha em dois quesitos que se entrelaçavam: construir um novo mercado de trabalho e uma sociedade baseada na cultura europeia e no domínio patronal que se configurava como forma de poder. Além da qualificação trabalhista ajustada ao ritmo intenso, almejava-se produzir um comportamento disciplinado e moralizado, referenciado como sinônimo de civilização, que contribuiria ao mesmo tempo para a manutenção de diferenças sociais e para o surgimento de uma população branca metropolitana, tal qual a europeia[17].

Constantemente interpretados como incapazes de se enquadrar a esse programa, o trabalhador nacional perdeu muito espaço no mercado de trabalho e, consequentemente, na sociedade, para os que vieram de fora do país e foi marginalizado por muitas vezes em nome da higiene, da ordem pública e da civilização, que justificavam a operação sanitária, a repressão policial e jurídica e a remodelagem urbana.

Mesmo que indesejados, porém, os migrantes de diversas partes do país também marcaram presença na capital paulista. As grandes secas nordestinas tornaram a cidade um refúgio aparentemente atrativo para o estabelecimento de uma nova vida. Ao mesmo tempo, caravanas de outras localidades, inclusive do interior do próprio estado, não tardaram a chegar. A imagem de riqueza e de grandes oportunidades fez de São Paulo a menina dos olhos de brasileiros que viviam em situações difíceis e procuravam por melhores condições de sobrevivência [18]. Essa movimentação de pessoas resultou em um crescimento populacional natural que fez com que o mercado consumidor se expandisse. Os serviços para atender demandas pessoais tornaram-se cada vez mais necessários. Pensões, bares, cafés, hotéis, sorveterias, leiterias, botequins, restaurantes, barbearias, cabeleireiros e demais

[17] Id., Ibid., p.46.

[18]Ganha destaque nesse momento um fluxo inverso de mudança. Os subsídios oferecidos para a entrada de imigrantes no país e a desqualificação sofrida pelos trabalhadores nacionais fizeram com que São Paulo por muito tempo apresentasse um número maior de brasileiros saindo de seus limites em relação aos que chegavam. Esse padrão refletia a resistência que a sociedade paulistana oferecia ao operariado nacional e a preferência pelos estrangeiros, que, via de regra, ocupavam os melhores empregos (RIBEIRO, 2002,p. 357).

estabelecimentos encontraram uma demanda maior de consumidores que geraram lucros e fortaleceram a economia da cidade[19].

O mercado de trabalho obviamente não ficou alheio ao que estava acontecendo. Se comparado com o restante do Brasil, São Paulo apresentou um nível razoável de estruturação. A posição ocupada pela capital na dianteira do sistema econômico regional e nacional praticamente impôs tal situação. Grande parcela das vagas oferecidas foi ocupada por imigrantes provenientes do trabalho agrícola, especialmente por italianos, cuja nacionalidade foi a mais comum dentre os que vieram para o Brasil. De acordo com os índices apontados pelo recenseamento de 1920, o setor industrial agrupou um percentual de 51,6 de trabalhadores estrangeiros, enquanto no comércio e bancos a taxa chegou a 62,5%, nos transportes a 59% e na agricultura a 62,4%[20]. Os brasileiros, por sua vez, encontraram espaço maior no setor de prestação de serviços, como correio, telégrafos e telefones. Outro campo que acolheu muitos nacionais foi o trabalho doméstico, representando quase 10% do total de pessoas empregadas[21].

Todavia, as condições de trabalho nesses diversos ambientes não eram as mais apropriadas. Ainda em fase de consolidação, os sindicatos possuíam em geral uma organização frágil que pouco conseguia fazer diante da precariedade e das imposições desumanas a que eram submetidos muitos dos empregados. A ausência de legislação defensora específica para os trabalhadores e a mentalidade paternalista que teimava em gerir os negócios sob a égide de relações pessoais de subordinação arbitrária dificultava as manifestações dos contratados. A pouca estabilidade nos empregos era frequente e fazia com que cada um procurasse defender o seu, mesmo que estivesse aquém dos seus anseios.

Nessa conjuntura, o assalariamento[22], mesmo que longe do ideal, ganhou um caráter de privilégio econômico e social[23]. Em uma sociedade que movia esforços extremos para se firmar como potência econômica, estar fora da engrenagem capitalista significaria a pontuação de uma distinção direta entre merecedores ou não de reconhecimento e respeito.

---

[19] (RIBEIRO, 2002, p. 350)
[20] Id., Ibid., p.363.
[21]BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O mercado de trabalho antes de 1930**: emprego e "desemprego" na cidade de São Paulo. Novos estudos. - CEBRAP, São Paulo, n. 80, mar. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002008000100007&lng=pt&nrm=iso>acessos em 17 nov. 2011. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002008000100007, p.94.
[22] Possivelmente algo incomum para grande parte das pessoas oriundas da zona rural.
[23] Id., Ibid., p.95.

Muitos foram os que não ganhavam ordenados fixos, seja por não conseguirem espaço no mercado de trabalho industrial ou por fazerem questão de se manterem fora do mesmo[24]. Por outro lado, não significa dizer que essas pessoas não trabalhavam e sim que elas exerciam atividades consideradas informais. Tendo em vista que o assalariamento ainda não havia se difundido amplamente, houve uma série de ocupações intermediárias entre o emprego assalariado e o desemprego[25]. Dentre elas, podem ser apontados os cargos de ambulantes que trabalhavam com o transporte com carroças, os carregadores de pacotes e os vendedores de doces e outras guloseimas. As funções insalubres ainda se enquadram nessa categoria. Coletores de lixo e dos resíduos dos cavalos, limpadores dos trilhos de trem, lavadeiras, dentre outras, ajudaram a formar uma massa de trabalhadores que não conseguiu lugar em colocações de maior representatividade, mas realizou serviços fundamentais para a sociedade[26].

Estes postos não eram bem vistos e evitados por pessoas abastadas. Avaliados como ofícios característicos de pobres, esse tipo de trabalho ficou conhecido como "serviço de preto" em uma clara associação entre pobreza e negritude na qual ainda pesava os resquícios de relações construídas durante a escravidão. Uma definição tão pontual como esta precisa ser analisada mais detalhadamente para ser tomada como referência. Ela indica, contudo, que o senso comum do período assimilava "naturalmente" a ideia de que aos negros caberiam as ocupações indignas e desonrosas.

Em Campinas, distante aproximadamente cem quilômetros de São Paulo, o contexto foi equivalente ao da capital. Maciel afirma que "em geral as ofertas de trabalho aos negros se faziam nos locais de maior insalubridade e para serviços cujos pagamentos eram mais baixos"[27]. Vendedores ambulantes e policiais subalternos foram funções volta e meia ocupadas por essas pessoas, devendo ser ressaltada, igualmente, a empregabilidade oferecida pelas empresas de transporte ferroviário em atividades que exigiam pouca especialização, como a construção e manutenção das estradas[28]. Fora dos trilhos, a área de transportes embasada na tração animal foi outro ramo no qual se firmaram em profissões de cocheiros,

---

[24] CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p.37.
[25] BARBOSA, 2008, p.95.
[26] SANTOS, 2003, p.167.
[27]MACIEL, Cléber da Silva. **Discriminações raciais:** negros em Campinas (1888-1926).Campinas: Editora da UNICAMP, 1987, p.131.
[28] Id., Ibid., p.158.

carroceiros e carregadores diversos. Afazeres executados em grupo sob o comando de outrem também ofereciam uma dinâmica que poderia facilitar a contratação de negros[29].

Receber pelos serviços prestados, entretanto, talvez fosse complicado em razão da relutância de antigos donos de escravos em reconhecer os negros como trabalhadores livres. A tradição escravista manteve-se forte na mentalidade de alguns campineiros que procuraram conservar relações sociais e de trabalho nos moldes anteriores à abolição e fizeram com que se tornassem conhecidas tentativas de continuação do serviço compulsório mesmo três décadas após a promulgação da Lei Áurea[30].

Após uma densa análise, Maciel enfatiza que:

> Em relação às condições de trabalho, para os negros após 1888, as práticas escravistas continuaram tanto no sentido mesmo de tentativas de fazer permanecer relações de trabalho escravas como no sentido do exercício da violência sobre o trabalhador. Além disso quer se destacar o surgimento da discriminação racial como um fator novo das relações de trabalho que também os negros passaram a enfrentar e que foi o principal responsável pela sua marginalização em relação ao mercado de trabalho[31].

Tal prognóstico sintetiza a junção de motivos que colaboraram para fazer dos assuntos relacionados ao mercado de trabalho um dos principais temas levantados pela imprensa negra, importante canal de comunicação e expressão da população afrodescendente.

Ressonância na imprensa negra paulista e debate intelectual

Por imprensa negra compreende-se os jornais escritos pelos negros, onde se encontram registradas suas experiências e ideias sobre a sociedade em que viviam. Normalmente compostos por poucas páginas, configurados em folhetim e de circulação restrita em função da dificuldade de angariar investimentos para mantê-los ativos, os exemplares desse tipo específico de publicação não visavam fundamentalmente o lucro. Pelo contrário, lutavam pela sobrevivência.

Em plena transição do século XIX para o XX, em que os jornais de maior porte atravessavam um processo de substituição dos antigos prelos para produção em massa,

[29] Id., Ibid., p.159.
[30] Id., Ibid., p.150.
[31] Id., Ibid., op. cit., p.164.

objetivando a ampliação da distribuição e o consecutivo acúmulo de divisas, a imprensa negra, ao menos inicialmente, tinha pretensões muito mais contidas. Sua causa principal era formar um canal de diálogo entre a comunidade, capaz de abordar seu cotidiano, onde os negros pudessem se reconhecer, principalmente pelo fato dessas pessoas costumeiramente não serem lembradas pelos órgãos da chamada "grande imprensa", exceções feitas nos relatos de casos policiais.

A dianteira da construção dos jornais negros foi tomada por elementos identificados como membros de uma elite intelectual negra. De acordo com a definição de Skidmoretrata-se de um núcleoformado por sujeitos que, formalmente ou não, obtiveram acesso a estudos e,que por vezes alcançaram posições de certo prestígio social desde os tempos da escravidão, tais como escritores, músicos, advogados, dentre outros[32]. Silva lembra que essa "elite negra" geralmente exercia alguma atividade no funcionalismo público, na área militar ou setor de prestação de serviços (motoristas particulares ou empregadas domésticas), mas atuava fundamentalmente em funções liberais como jornalistas, técnicos de nível médio, professores, artistas, entre outras atividades[33].

O determinante para que esses indivíduos sejam reconhecidos como elite intelectual é o fato de desfrutarem de nível instrucional considerável em relação aos demais, notando-se, principalmente, os elevados índices de negros analfabetos registrados nos censos demográficos da época. Os aspectos econômicos são relativizados, tendo em vista que a maioria deles aparentava ter uma vida simples e de pouca riqueza. Assim, não podemos considerá-los "uma elite no sentido socioeconômico, como empregamos para a burguesia cafeeira,pois não eram detentores dos meios de produção" [34].A distinção intelectual, em suma, é que os define como elite neste caso.

Logo em seu primeiro número o *Getulino*[35]publicou uma matéria que efetuou um balanço sobre a situação dos negros em relação aos empregos:

---

[32] SKIDMORE, 1976, p.60.

[33]SILVA, José Carlos Gomes da.**Os sub urbanos e a outra face da cidade**. Negros em SãoPaulo: cotidiano, lazer e cidadania, 1900-1930. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990, p.103.

[34] Id., Ibid., p.103.

[35] Periódico que circulou na cidade de Campinas, interior de São Paulo, entre os anos de 1923 e 1926. O título foi uma homenagem a Luiz Gama, alforriado que ganhou notoriedade nas campanhas abolicionistas e atendia pela alcunha que deu nome ao jornal. A editoração da folha contou com o trabalho de Lino Guedes, Gervásio de Moraes e Benedito Florêncio.

> Vocifera a protetora do alto de sua sabedoria que o estrangeiro chega ao Brasil, vai para a fazenda, passa à cidade, seus patrícios dão lhe o lugar de servente, põe-lhe a colher e o martelo nas mãos, dias depois ele é mestre, é empreiteiro, está no primeiro plano, sendo o preferido. Enquanto isso, o negro, por misericórdia, continua amassador de barro ou carregador de caçambas.
> Perguntamos agora: quem é o culpado disso tudo?
> Será o estrangeiro, será o brasileiro, será o negro?
> Não.
> O elemento estrangeiro que aporta é portador de uma outra educação, traz na bagagem de sua atividade outras energias que nós os brasileiros brancos, pardos e pretos, não temos conhecimento.
> O brasileiro branco deixou-se vencer pelo elemento estrangeiro devido á sua indolência característica, devido à péssima educação do passado, onde ele apenas aprendeu a receber e gastar o fruto do trabalho escravo.
> Vem daí esse fenômeno extraordinário, do estrangeiro ser a maior potência da atividade nacional.
> O brasileiro negro, esse é naturalmente inimigo do trabalho, é indolente, é preguiçoso, mas não por sua culpa.O nosso negro é tragicamente uma vítima do passado e do viciado cativeiro de quatrocentos anos.
> Se ele não é empreiteiro, não é mestre e continua carregando a caçamba de barro, quase que acontece o mesmo ao branco.
> Nas cidades e nos campos, vemos o estrangeiro subalterno de ontem transformado em senhor, em patrão e capitalista de hoje. [36]

O excerto afirma que os imigrantes encontraram condições muito mais favoráveis para se desenvolverem do que os negros. Enquanto os estrangeiros conseguiriam progredir, ocupar posições melhores e enriquecer, os brasileiros continuariam em trabalhos subalternos e pouco rentáveis. O auxílio prestado por conterrâneos já estabelecidos no Brasil seria uma das causas dessa rápida ascensão dos imigrantes. Mas o principal motivo é creditado à superioridade intelectual da qual gozariam os europeus. Seria nesse ponto que o brasileiro em geral padeceria. A escravidão e a inferioridade inata dos nacionais lhes reservariam uma posição secundária, mesmo que eles se considerassem merecedores de sorte maior. Tal argumentação é embasada nos discursos produzidos pelas teorias científicas da época e a reprodução desses pensamentos pelos próprios negros, maiores prejudicados por esse viés interpretativo, demonstra a repercussão e a aderência que essas ideias alcançaram no imaginário social.

Aliás, a questão da preferência por trabalhadores europeus nos empregos em razão de possíveis atributos superiores ainda gera discussões em várias áreas do conhecimento[37].

[36]**Getulino**, Campinas, p.3, 26 ago. 1923.
[37]No primeiro capítulo já foram abordadas as análises de Florestan Fernandes e George Reid Andrews sobre essa temática e pôde ser apurado que ainda não existe um denominador comum capaz de colocar definitivamente um ponto final na discussão.

Fernandes[38]afirma que o branqueamento social foi apenas um dos componentes que dificultaram a presença negra no mercado de trabalho, posição defendida também por seus orientandos Cardoso[39]e Ianni[40]. A submissão inerente à escravidão seria o maior causador de empecilhos. Posicionando-se determinista em alguns aspectos, Fernandes argumenta que os antigos escravizados e seus descendentes não conseguiram se adaptar à sociedade industrial capitalista que se formara em razão das características inibidoras do regime escravista que teriam ceifado as qualidades psíquicas e intelectuais dos cativos. A escravidão teria lhes privado a chance de desenvolver capacidades necessárias para a ocupação dos empregos em razão do alto índice de analfabetismo e da falta de especialização para executar tarefas de um nível maior de elaboração[41].

O ponto chave da teoria de Fernandes é o que ele pontua como "anomia social"[42].Ou seja, mesmo nas ocasiões em que os negros se estabeleciam no sistema citadino capitalista, eles sofreriam com a indisposição de ocupar posições degradantes, como engraxates, vendedores de peixes e jornais, dentre outras. Outro problema seria a falta de perspectiva futura que exigiria um espírito "suficientemente industrioso" para a acumulação de riquezas intermediada por atividades como o desenvolvimento de poupança financeira e participação nos esquemas especulativos que movimentavam as negociações comerciais das mais diferentes categorias.

Em suma, o sociólogo defende que os anos de jugo sob o sistema escravista criaram "deformações" na massa escravizada que limitaram o desenvolvimento de habilidades necessárias ao ajustamento no circuito urbano regido pelo sistema capitalista. Além disso, os imigrantes seriam portadores de maior capacitação em comparação com os homens nacionais, visto que os estrangeiros teriam maior acesso à educação formal, mais experiência no trabalho industrial e urbano e ainda contariam com maior desenvoltura para realizarem serviços especializados.

---

[38]FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1965.
[39] CARDOSO. Fernando H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
[40]IANNI, Otávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1966.
[41] FERNANDES, 1965, p. 5.
[42] Conceito elaborado por Émile Durkheim (1858-1917). O sociólogo francês define o termo como um estado de perda de identidade e ausência de objetivos dos indivíduos, resultante das profundas transformações sociais inerentes ao mundo moderno, caracterizado pela racionalidade e desenvolvimento capitalista. Para mais informações, ver Gil (2011).

Segundo Maciel[43], o trabalho de Fernandes (em conjunto com outros pesquisadores como Bastide, Ianni e Cardoso) demarcou uma nova etapa nos estudos das relações raciais no Brasil ao desfazer o "mito da democracia racial" [44] e lançar interpretações visando o entendimento das formas de "integração" dos negros na sociedade livre e capitalista. Suas observações abriram novas perspectivas, mas concretizaram declarações passíveis de críticas proporcionadas pela introdução de novos questionamentos oriundos de pesquisas posteriores e a introdução dos próprios negros nas discussões.

Andrews, por exemplo, dialoga com Fernandes e relativiza as supostas desvantagens "naturais" provenientes da escravidão. De acordo com ele, os cargos oferecidos não exigiam, na maior parte dos casos, um alto nível de educação formal ou especialização para serem realizados. O autor afirma que praticamente a totalidade das atividades exercidas no comércio e na indústria era ensinada aos contratados no início dos trabalhos e aprendidas empiricamente por eles[45].

Barbosa também enxerga com menos entusiasmo a distinção intelectual europeia. Segundo a pesquisadora, mesmo que os imigrantes apresentassem índices maiores de alfabetização, eles teriam pouca efetividade prática[46]. As habilidades necessárias para o trabalho nas fábricas não tinham a instrução formal como elemento fundamental[47]. Exceto em poucas funções burocráticas e administrativas, era o trabalho manual que movimentava a esfera industrial. Andrews ainda argumenta que a maioria dos estrangeiros que aportaram em solo brasileiro era natural de regiões menos desenvolvidas da Europa, nas quais as indústrias e

---

[43] MACIEL, 1987, p.138.

[44]Florestan Fernandes foi um dos principais responsáveis por estudo organizado pela ONU (Organização das Nações Unidas), na década de 1950. O trabalho objetivou analisar as relações raciais no Brasil e Estados Unidos, tendo como parâmetro a teoria da "democracia racial" desenvolvida por Gilberto Freyre durante os anos 30. De acordo com Freyre, as condições históricas que deram formação à população brasileira, unindo europeus, indígenas e africanos em um mesmo território, facilitaram a interação entre as diversas etnias e criaram um clima amistoso em meio às pessoas que dificultava a existência de preconceitos e animosidades por motivos étnico-raciais. Os levantamentos realizados na pesquisa, porém, levaram á conclusão de que o país não convivia em harmonia racial e, mesmo com leis assegurando a igualdade entre todos os cidadãos brasileiros, a discriminação acontecia sob a fiança de costumes sociais que prejudicavam os negros do país. Ao contrário dos Estados Unidos, que possuíam um racismo oficial, pautado nas leis da constituição, o racismo brasileiro se camuflaria em ações discriminatórias extrajudiciais, dando a falsa ilusão de que o Brasil não tinha conflitos raciais (SKIDMORE, 1976, p.131).

[45] ANDREWS, 1998, p. 55.

[46]Em levantamento feito no ano de 1912 constatou-se que praticamente metade dos empregados em trinta tecelagens da capital paulista não sabia ler nem escrever. Ver: BARBOSA, 2008, p.102.

[47] BARBOSA, 2008, p. 102.

o comércio não eram tão adiantados quanto se imagina. Além disso, muitos teriam vindo do campo e não possuíram tamanha experiência no trabalho urbano e industrial.

Tema contraditório entre os pesquisadores também é o diz respeito ao ambiente em que viveriam os negros nas cidades. Segundo Andrews, o abuso de bebidas alcoólicas, a promiscuidade, a elevada criminalidade e a desestruturação familiar não foram comuns somente aos negros e não se constituíram em razão suficiente para marginalizá-los. Para o estudioso, a fomentação premeditada da imigração europeia em alta escala pelo Estado brasileiro gerou uma acirrada concorrência no mercado de trabalho que, inflado, resultou no barateamento da mão de obra. Recebendo baixos salários, os imigrantes europeus, em sua maioria e ao menos inicialmente, não gozaram de situações econômicas e sociais melhores que os negros, vivendo em circunstâncias muito similares à deles[48]. Assim, as vantagens dos imigrantes na concorrência pelas vagas de trabalho não estariam diretamente ligadas à capacitação elevada. O meio social é que seria o facilitador maior. Os diferentes grupos sociais carregavam consigo uma espécie de mística que os diferenciavam. O preconceito social e étnico-racial praticamente descartava os antigos escravizados e os trabalhadores nacionais. Em contrapartida, a sociedade como um todo estava "preparada" para receber os europeus[49]. Tal conjuntura resultava em casos como o seguinte:

> Amâncio Silva, operário brasileiro nato, residente em Santos, no morro do Pacheco, é chefe de numerosa família e se acha sem trabalho. Disposto a tudo para dar pão aos seus filhos, arriscou-se a ir falar com o capataz da firma Teodoro Wille e Cia. e pediu-lhe serviço. O capataz, apontando o lugar destinado aos trabalhadores, disse a Amâncio:
> _Entre e veja se aí há negros como você...
> Depois disso, Amâncio teve a necessária explicação: a firma Teodoro Wille não aceita empregados brasileiros.
> Resolveu-se, então o operário, a ir procurar serviço no armazém 21, externo da companhia Docas, onde se faz embarque de café por conta do governo. E teve nova desilusão. Ali também são preferidos os estrangeiros, pois, estes, costumam dar cem a cento e cinquenta mil réis no ato da admissão.[50].

A demanda por emprego maior que a oferta possibilitava aos empregadores a oportunidade de poder optar entre os operários. Via de regra, essa escolha levava em conta as concepções formadas sobre os grupos sociais. E, nesse quesito, a balança pesava para o lado

[48] ANDREWS, 1998, P.131.
[49] BARBOSA, 2008, p.103.
[50] Entre e veja se aí há negros como você. **Progresso**, São Paulo, p.2, 15 nov. 1931.

dos imigrantes[51]. No dia 26 de setembro de 1929, o *Progresso*[52] trouxe em uma de suas páginas a transcrição de um diálogo entre negros que tem esse tema como pano de fundo:

> _ Olá patrício, está gostando da coisa?
> _ Que remédio irmão. Enquanto não se encontra trabalho, mata-se o tempo assim...
> _Que é isso! Não fale essas coisas na cidade dinâmica que é São Paulo.
> _É uma verdade. Trabalho não falta. Mas não nos dão. Essa nossa cor...
> _Não o entendo. Que tem a cor com o serviço...
> _Espere (desdobrando um jornal vespertino, disse-nos) Leia essas coisas.
> Precisa-se de um chauffeur, para carro de câmbio, à rua tal, nº tantos. Prefere-se branco.
> Família de tratamento, à rua...nº..., procura-se copeiro japonês.
> Despedindo do nosso interlocutor fomos pelo Viaduto pensando: cada qual manda em sua casa. Ninguém contesta. Mas não deixa de ser desaforo a mostra de má educação colocar-se aquela advertência no fim dos anúncios. Deve-se preservar o empregado e guardar para si as preferências...[53]

A preferência por brancos ou asiáticos descrita nos anúncios de trabalho é avaliada como a causa frequente da desocupação dos negros. A afirmação que o dinamismo de São Paulo gerava empregos para os quais os negros não eram aceitos fortifica a tese de que as interações sociais envolvendo as negociações de contratação de novos funcionários encontravam na cor da pele escura um obstáculo. O teor da matéria permite conjeturar que a concorrência por uma ocupação no campo de trabalho estava distante de ser igualitária para todos. Não que o mercado pertencesse somente aos estrangeiros. Ele não tinha uma identidade étnica tão rígida e engessada. Brasileiros, sejam brancos, negros ou mestiços também conseguiam espaço. Mas as interações pessoais que permeavam a formulação do mercado de trabalho faziam com que ele se tornasse mais acolhedor para uns do que para outros[54]. O estigma social carregado pelos negros desde os tempos da escravidão impunha maiores dificuldades para essas pessoas.

Os discursos contidos nos dois jornais caminham na mesma direção que os depoimentos colhidos por Bernardo[55]. Para os imigrantes italianos, São Paulo foi vista como a

---

[51] BARBOSA, 2008, p. 102.
[52] Veiculado na capital paulista e algumas cidades adjacentes entre 23 de junho de 1928 e 15 de novembro de 1931, foi dirigido por Wanderley Ferreira em associação com João Batista Ferreira e contou com a editoração de Lino Guedes.
[53]Prefere-se Brancos. **Progresso**, São Paulo, p.4, 26 set. 1929.
[54] BARBOSA, 2008, p. 102.
[55] A antropóloga reconstrói o cenário paulistano do início do século XX analisando as memórias de negros e imigrantes italianos que vivenciaram o período. A abordagem comparativa elaborada pela autora mostra que os

"cidade do trabalho", das oportunidades, ao passo que para os negros o mesmo território se configurou como um campo de incertezas e conflitos.

As possibilidades de trabalho emergiram como ponto fundamental das lembranças dos descendentes de italianos e nenhum caso de desemprego foi comentado pelos entrevistados. A rede de solidariedade formada pelos laços sanguíneos ou sociais também foi frequentemente citada como fator importante para o início e manutenção da empregabilidade.

Contrastantes foram as falas dos negros paulistanos. Para estes, as lembranças das vezes em que ficaram desempregados causam ojeriza. As narrativas deixam claro que a preocupação em conseguir trabalho, além do aspecto financeiro, esteve intimamente ligada com o bem-estar psicológico e o sentimento de dignidade dos homens. A família não apareceu como suporte, mas sim como preocupação. Não contaram o apoio familiar. Pelo contrário, se mostraram os responsáveis por despesas básicas para a sobrevivência própria e de seus parentes (aluguel, alimentação, vestimenta), o que fazia do emprego uma necessidade ainda maior. "A grande aspiração era ter um emprego fixo, que lhes possibilitasse um salário no final do mês" [56]. Consegui-lo, todavia, muitas vezes demandava esforços consideráveis.

Em casos emergenciais como nas greves, todavia, o quadro poderia mudar de figura. As tensões entre patrões e empregados não demoraram a acontecer. Os baixos salários e as más condições de trabalho uniram os imigrantes em torno de uma causa comum. Os sindicatos trabalhistas tinham na organização de greves um meio de tentar conseguir melhores remunerações e situações mais adequadas de serviço. A grande quantidade de negros desempregados tornou-se uma alternativa interessante para os industriários. Eles eram contratados às pressas para dar continuidade na produção durante as paralisações realizadas pelos operários e, consequentemente, minar as forças dos grevistas. Ou seja, os negros eram utilizados como "medida paliativa" para recompor a ausência do operariado estrangeiro[57].

Muitos negros foram envoltos pelo discurso integracionista[58] dos sindicatos e participaram dos embates contra os empregadores[59]. Porém, tantos outros passaram a

---

dois grupos possuem memórias distintas sobre os mesmos locais e situações, apontando vivências controvérsias em um espaço comum. Ver: BERNARDO, Teresinha. **Memória em branco e negro**: olhares sobre São Paulo. São Paulo: EDUC: Editora UNESP, 1998.

[56] BERNARDO, 1998, p.121.

[57] ANDREWS, 1998, p.109.

[58]Os sindicatos lançaram uma política de unificação que pretendia reunir todos em prol de suas causas. Os discursos segregacionistas deram espaço para uma mensagem de unificação entre todos. Imigrantes, ex-escravos e os nacionais seriam trabalhadores iguais, independentes de suas origens (ANDREWS, 1998, p. 109).

conviver com o rótulo de "fura-greves" [60]. As poucas oportunidades e a necessidade de trabalhar provavelmente não permitiam que se pensasse muito no assunto.

Chances reais de trabalho não eram muito comuns e as poucas oportunidades que apareciam não significavam estabilidade e segurança. Salvo exceções, o setor industrial se configurava em um caminho sinuoso e limitado para o grupo negro. Um fato ocorrido em Campinas[61] mostra indicativos que revigoram esse pensamento.

> É de se lamentar que em Campinas, a terra abolicionista por excelência, a terra tão dignificada por Francisco Glicéryo que [*ilegível*] pretende uma fábrica prescrever de seu operariado as moças pretas, atirando-lhes nos olhos um "lamento!".
> Se essa fábrica não tivesse recebido favores da comunhão campineira, pelo seu legítimo órgão de representação administrativa, a Câmara Municipal, pouco ou nada poder-se-ía comentar [*ilegível*] mas diante de tal fato campineiros, é justo que assinalemos o todo odioso que merece essa medida infeliz, essa medida de exceção.
> Corrobora a nossa revolta o fato de não haverem excluído de seu operariado os pretos, nem a "Paulista" nem a "Mogiana", nem a "Man Hardy", fundada por um estrangeiro, nem a "Lidgerwood", estabelecida por outro estrangeiro, nem a "Arens", nem outras quaisquer empresas.
> Registrando o fato, bem certo estamos, sobreviverão momentos de arrependimento para os que pretendem excluir da humanidade um dos mais preciosos elementos que entraram no seio de nossa raça[62].

As reivindicações levantadas pelos sindicatos insuflavam as lutas por medidas protecionistas que evitassem, dentre outras coisas, demissões arbitrárias. Essa luta ganhou fórum nesse momento e proporcionou a colheita de frutos mais produtivos nas décadas seguintes, a partir da regulamentação dos direitos trabalhistas conquistados no governo de Getúlio Vargas.

As indústrias não ofereciam um terreno seguro para ninguém. O operariado convivia com longas jornadas de trabalho diário, pouca remuneração, ausência de assistência médica e o constante perigo de ser despedido por questões mínimas. Mas, caso proceda a informação

---

[59] Maciel (1987, p.130) destaca que um número elevado de negros campineiros participou de greves da Paulista e Mogiana em 1894, 1896, 1906, 1920 e 1925, sendo capaz de mobilizar também outras categorias de trabalhadores além dos ligados às estradas de ferro para reivindicações visando jornada diária de 8 horas de serviço, contra maus tratos dos chefes e fim de demissões arbitrárias.
[60] ANDREWS, 1998, p.109.
[61]Considera-se que as cidades de Campinas e São Paulo experimentavam condições similares, levando-se em consideração que o município do interior também alcançou grande desenvolvimento urbano e industrial e a proximidade entre ambas facilitava a interação comercial com a metrópole.
[62]**Getulino**, Campinas, p.2, 7 set. 1923.

divulgada pelo *Getulino*, uma indústria da cidade cogitou a demissão de mulheres negras de seu quadro empregatício sem nenhum motivo aparente. O quesito étnico-racial foi a única causa apontada como justificativa para o episódio.

Não há o relato de insubordinação ou incompetência das trabalhadoras. De acordo com as palavras escritas no próprio jornal, trata-se de uma "medida de exceção". O detalhe de algumas outras indústrias, inclusive as fundadas por empresários estrangeiros, não agirem da mesma forma é utilizado como argumentação para repudiar veementemente o ocorrido.

Esta espécie de corda bamba parece definir a relação do negro paulista com o mercado de trabalho industrial no início do século XX. A dificuldade de inserção, gerada em grande parte pela construção ideológica que transformava em senso comum a imagem depreciativa do negro em relação ao imigrante, fazia das vagas existentes espaços de reduzida aceitação para esses indivíduos. Quando empregados, em muitas vezes ocupavam vagas provisórias deixadas por brancos e corriam o risco de serem dispensados por ações discriminatórias. Porém, a exaltação feita pelo jornal às empresas que mantiveram os operários negros permite supor que o cerne da discussão poderia mesmo girar em torno do quesito oportunidade, confiada desigualmente na sociedade.

Já que nas ruas não era tarefa tão simples encontrar ocupação remunerada, poderia ser que as coisas ficassem um pouco mais fáceis dentro de casa. Melhor dizendo, no interior do domicílio alheio, realizando o trabalho doméstico. Na verdade, essa espécie de atividade praticamente se configurou como uma exigência imposta pelas características do desenvolvimento industrial brasileiro. A renda das esposas e crianças complementava os ganhos do trabalho assalariado masculino e contribuíam para a manutenção do lar. Os salários abaixo do nível de subsistência pagos para os homens nas indústrias dificilmente permitiam que o chefe da família conseguisse arcar sozinho com todas as despesas da casa[63]. Quando não iam trabalhar com os maridos nas fábricas, as mulheres pobres frequentemente ganhavam a vida lavando e passando roupas, cozinhando e limpando a casa de quem as pagasse para realizar esses serviços.

Levando-se em consideração que os negros encontravam maiores obstáculos para trabalhar nas indústrias, o serviço doméstico para essas pessoas poderia ser ainda mais importante. Necessidades básicas como moradia e alimentação eram cobertas por muitos

[63] BARBOSA, 2008, p.105.

patrões. Existiam até mesmo acordos que previam somente esses pontos como forma de pagamento e isentavam os empregadores de qualquer retribuição financeira.

A sociedade brasileira estava habituada ao trabalho doméstico feito por mulheres negras desde os tempos escravistas. Era comum possuir uma escravizada responsável pelos afazeres do lar[64]. As "criadas" eram consideradas mais inofensivas que os escravizados do sexo masculino e capazes de realizar as tarefas domiciliares com maior zelo[65]. Aparentemente, a vida na casa dos senhores poderia ser menos exaustiva do que o degradante trabalho nas lavouras e oferecer maior liberdade por não estar sob os olhares constantes dos jagunços. A proximidade excessiva com os donos, por outro lado, poderia trazer grandes complicações. Os abusos sexuais tornavam-se uma ameaça iminente.

O término da escravidão e a mudança para o trabalho assalariado não mudaram instantaneamente a configuração do serviço doméstico.

> Próspero que, se possível, mantenha as filhas em casa.
> Visitando Santos, pela primeira vez, fomos acumulados de muitas gentilezas e em uma reunião em homenagem a nossa folha, uma senhora falando á respeito da família, que conhecemos, nos disse: Completou quinze anos, ela não querendo tornar-se pesada a mim, empregou-se ali na avenida numa casa de família. Foi daí então que data a sua vida de sofrimentos, torturas e vigílias, a qual findou num hospital, legando-me, além de todas as vergonhas, uma filhinha[66].

Não há a explicação se houve o consentimento da menina no ato que gerou a criança, mas, pela queixa da mãe, pode-se imaginar que não. Uma série de complicações desencadeada por esse ato infeliz teria ocorrido na vida da empregada, restando à avó cuidar do recém-nascido. O "perigo do desvirtuamento" assombrava as domésticas e se tornava uma preocupação também para seus familiares[67].

A regulamentação jurídica do serviço doméstico encontrou ainda mais dificuldades para entrar em vigor do que o trabalho extradomiciliar. Os problemas advindos da relação entre empregada e patrão constantemente eram considerados casos de família e deveriam ser resolvidos particularmente. A intransigência e a arbitrariedade dos chefes impunham-se

---

[64]Ver: GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo, Cia das Letras, 1992.
[65]CUNHA, Olívia Maria Gomes da."Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição". In: **Quase cidadão:** histórias e antropologias dapós-emancipação no Brasil**.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p.380.
[66]**Getulino**, Campinas, p.2, 13 abr. 1924.
[67] CUNHA, 2007, p. 381.

facilmente pela ausência de medidas legais que as contivessem de modo efetivo. Os casos de abusos sexuais não eram difíceis de acontecerem e o fato de serem realizados nas propriedades particulares dos empregadores diminuía o alcance da intervenção pública. O próprio caso mencionado acima não faz referência a nenhuma punição sofrida ao homem que causou males a garota.

Em razão da pouca capacidade de gerência do poder público, de ser realizado dentro de casa e em ambiente familiar, o trabalho doméstico nas primeiras décadas do século XX sugeria uma continuidade simbólica com o universo escravista que influenciava a manutenção de comportamentos sociais antigos. O entendimento sobre serviço doméstico o caracterizava como uma relação pessoal na qual a empregada "servia" aos patrões ao invés de realizar determinadas tarefas em benefício destes[68]. Ainda pesava a concepção da empregada como uma espécie de propriedade, interpretação esta que aumentava a suscetibilidade de abusos e desmandos sem a obrigação de motivo aparente ou retratação.

Vejamos a seguir o comentário de mais um dos vários episódios que retratam os percalços do trabalho doméstico publicados pelo *Getulino*:

> Como é que se despe uma mulher diante de filhos e filhas, que para ela são estrangeiros?
> Como é que uma senhora que é mãe e tem filhas também abusa dos filhos dos outros?
> Sabemos que a polícia nada poderá fazer e que a intervenção de advogados em casos tais são de resultados negativos, mas o fato precisa tornar-se público, deixando conhecida a heroína desse drama.
> Gente rica, mesquinha, que apesar de luxuosos automóveis, de exibir pedrarias e adereços, vive a despir as empregadas de forma escandalosa, com medo de ser roubada numa rodela de pão ou num resto de carne!
> E quando mesmo a mocinha tivesse dado direito a suspeitas, ninguém teria o direito de expor seu corpo á mostra.
> Isso foi uma audácia, foi um abuso, foi uma criminosa arbitrariedade.
> Nenhuma moça, preta ou branca, poderá mais ser empregada numa casa onde se deixam as serventes nuas á título de evitar roubos!
> Isto é estúpido e bárbaro[69].

A passagem conta um caso que terminou em ocorrência na delegacia da cidade. Segundo consta, ao retirar-se para dormir, a empregada doméstica de 14 anos de uma determinada residência foi questionada pela patroa se não levava consigo algum pertence da propriedade. Não contente com a resposta negativa da menina, a dona da casa exigiu que a

[68] Id., Ibid., p. 411.
[69] **Getulino**, Campinas, p.2, 30 mar. 1924.

mesma se despisse na sala diante dos filhos da empregadora para garantir que não estava carregando nenhum objeto por debaixo das vestes.

A redação do periódico se mostrou enfurecida com a situação à qual a empregada foi posta. Mesmo que a suspeita de roubo fosse comprovada, não haveria justificativa alguma para reação desrespeitosa praticada pela patroa. Ter as roupas retiradas na frente dos filhos dos chefes seria inaceitável para qualquer doméstica, negra ou branca. A consideração que a polícia ou o poder judiciário não conseguiriam obter significativa interferência no assunto fazia da denúncia pública nas folhas do jornal uma das poucas alternativas para tentar conseguir relevância social para o acontecimento.

Cabe ressaltar que o periódico tratou a ocorrência como uma suspeita, não comprovada. Posição diferente costumava ser constantemente seguida pela grande imprensa e por veículos de comunicação especializados em assuntos criminológicos no decorrer das décadas de 1920 e 1930. Predominava uma associação direta entre trabalho doméstico e furtos. Muitas notícias a esse respeito foram divulgadas por vários jornais e reforçavam os empenhos para tornar obrigatório o registro prévio das empregadas na delegacia de polícia antes de assumirem o emprego nas residências[70].

Por frequentar com certa liberdade as dependências das casas dos chefes, as empregadas domésticas eram apontadas como principais suspeitas pelo desaparecimento de pertences do local de trabalho. Esse estereótipo praticamente fazia de uma simples suspeita um atestado de culpa. As relações pessoais inerentes ao trabalho doméstico permitiam que os limites impostos, as restrições, os consentimentos e a intimidade que tornassem mais ou menos próximos empregadas e patrões pudessem ser interpretados e negociados diariamente[71]. A vivência entre esses dois personagens se caracterizava por um "misto de subordinação e insubordinação" que fatalmente resultava em atritos e desentendimentos habituais[72]. A ausência de leis claras e objetivas para a ordenação dessa relação colaborava para a prática da violência física e simbólica da qual as empregadas eram as mais atingidas em razão da maior proteção encontrada pelos patrões nos mecanismos legais. De certo modo, os empregadores gozavam de uma posição privilegiada que legitimava atos agressivos como o comentado na última matéria.

---

[70]O Código Civil de 1888 já determinava a existência obrigatória de uma caderneta assinada pelos empregadores na qual eram reconhecidos os acordos firmados entre as duas partes e atestada a idoneidade das empregadas. Ver: CUNHA, 2007, p. 398.
[71] CUNHA, 2007, p. 411.
[72] SANTOS, 2003, p. 156.

A constância de reportagens abordando o trabalho doméstico leva a crer que esse campo também não oferecia condições de desenvolvimento e estabilidade para os negros. A proximidade cotidiana com os contratantes impulsionava a difusão de atitudes discriminatórias. A persistência do passado escravista na memória social coletiva e a dificuldade de organizar legislativamente o serviço doméstico tornavam o interior dos lares dos patrões um território comumente inóspito e propício ao desrespeito moral e físico para com os empregados.

O *Getulino* e o *Progresso* apresentaram pontos em comum ao movimentarem suas forças para tentar amenizar as dificuldades encontradas pelos negros no mercado de trabalho. Ao trazer à tona casos como a demissão de mulheres negras de uma determinada indústria, abusos contra empregadas domésticas e o sentimento de favorecimento aos imigrantes, os jornais buscavam defender os interesses de seus leitores e assegurar que o grupo negro conseguisse se afirmar em colocações que lhe garantisse a sobrevivência e os benefícios da participação no crescimento econômico do período.

Requisito fundamental para a manutenção autônoma de quase toda a população, a obtenção de trabalho para os negros esbarrou na existência de barreiras conceituais estabelecidas socialmente. Coube aos jornais da imprensa negra enfrentar a imposição de tais obstáculos ou ao menos procurar conter seus efeitos através de denúncias e incentivos de enfrentamento aos fatos ocorridos.

Considerações finais

A transição da escravidão para a sociedade liberal não foi tarefa simples de ser realizada. Ela gerou consequências que atingiram diretamente os novos homens livres. A desvalorização de parte significante da população nacional pela elite resultou em dificuldades de manutenção desses indivíduos que encararam condições precárias de moradia, falta de empregos ou trabalhos degradantes e poucas opções de lazer. Mas foi a discriminação étnico-racial sofrida particularmente por esse grupo a aglutinadora dos maiores obstáculos para a adequação ao novo modelo de sociedade implantado.

São Paulo vivenciou um forte racismo que depreciou política, culturalmente e socialmente os egressos da escravidão e suas gerações futuras. Os negros paulistas enfrentaram barreiras, sejam pautadas em leis ou costumes sociais, que o sim pediram de

frequentar as melhores escolas, de ocuparem cargos estatais e de usufruírem de serviços públicos fundamentais (como atendimento médico e dentário) de melhor qualidade. Os direitos de igualdade política e social adquiridos pelos negros após o término do cativeiro e garantidos pela constituição republicana acabar amatenuados pelo preconceito étnico-racial[73].

A submissão vivenciada pelos negros durante a escravidão foi reconstruída no contexto do fim da escravatura por atitudes que buscaram manter a hierarquia social existente anteriormente em situações cotidianas nas quais a atuação negra nas mais diversas searas da existência em coletividade fosse abafada. Essa circunstância gerou um estado de "quase-cidadania", considerando que os direitos civis, teoricamente assegurados, não puderam ser vivenciados integralmente por causa de medidas segregacionistas extrajudiciais[74].

É preciso lembrar ainda que o término da escravidão não foi seguido por nenhuma política governamental de inserção social. Os negros brasileiros tiveram que procurar autonomamente por benefícios para suas comunidades. Domingues[75]denomina essa busca por respeito e melhores condições de "nova abolição", na qual novas formas de repressão impuseram efeitos similares ao período em que a escravatura foi vigente e resultaram em medidas também inovadoras para a realização de uma segunda emancipação, menos formal, mas importante tal qual a primeira.

A pesquisa publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[76], em 2011, leva a crer que o processo de contestação ao ranço discriminatório existente desde a vigência do cativeiro no Brasil ainda não pode ser encerrado.De acordo com os índices levantados pela instituição, em torno de 63% da população entrevistada afirma sentir influência da cor da pele nos mais variados segmentos da vida cotidiana. Ser reconhecido como branco, negro, preto, moreno, amarelo ou qualquer outra das várias classificações encontradas nos formulários distribuídos para essas pessoas significa mais do que definir caracteres biofísicos e estéticos. A maioria dos inquiridos acredita que fatores étnico-raciais permeiam as relações sociais e podem até agir como determinantes para obtenção de benefícios ou surgimento de contratempos.

---

[73]DOMINGUES, Petrônio. **Uma História não contada:** negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição.São Paulo: Editora Senac, 2005, p.16.
[74]CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (orgs). **Quase Cidadão**: Histórias e Antropologias da Pós-Emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p.11.
[75]DOMINGUES, Petrônio. **A Nova Abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2008, p.11.
[76]INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça em 2008**. Rio de Janeiro, 2011.

Aspectos importantes para o desenvolvimento da população como emprego, educação, convívio social e relacionamento com a polícia e justiça, por exemplo, são os pontos em que os que se consideram negros ou pretos afirmaram se sentirem mais prejudicados por causa da tonalidade da epiderme.

Se à primeira vista o quadro é alarmante por corroborar que o Brasil possui formas declaradas ou camufladas de diferenciação populacional, por outro lado, permite concluir que as relações étnico-raciais brasileiras e seus desdobramentos políticos, econômicos e sociais ainda carecem de maior atenção e que discussões a esse respeito devem ser revitalizadas constantemente para que a "nova abolição", comentada por Domingues, seja de fato alcançada. Contribuir para que isso aconteça é o escopo cardeal que guiou a execução do presente trabalho.